

A construção de espaços de transgressão: o consumo de drogas

Casimiro Balsa

CICS.NOVA, FCSH, UNL e REDE Desigualdades
cm.balsa@fch.unl.pt

Resumo

A literatura científica mostra que o conceito de território é construído entre diferentes escalas de espaço. Reconhecendo a relevância de leituras das desigualdades territoriais a partir de uma dimensão estrutural assente numa definição de “grandes espaços”, propomo-nos adotar, neste trabalho, o foco oposto, aquele onde o território se destila através de estratégias individuais e de modos de apropriação singulares do espaço, como aqueles que visam dissimular consumos de substâncias psicoativas ilícitas, quando confrontados com ordens normativas que os censuram, quando não os interditam, obrigando os consumidores a esconderem o que, na perspetiva destas normas, são considerados como comportamentos de transgressão.

Palavras-Chave: estratégias de apropriação do espaço, transgressão, droga.

Abstract

Scientific literature shows that the concept of territory is constructed between different scales of space. Recognizing the relevance of reading territorial inequalities from a structural dimension based on a definition of “large spaces”, we propose to adopt, in this work, the opposite focus, one where territory is distilled through individual strategies and unique modes of appropriation of spaces, such as those that aim to conceal the consumption of illicit psychoactive substances, when faced with normative orders that censor them, when they do not prohibit them, forcing consumers to hide what, from the perspective of these norms, are considered as transgressive behaviours.

Keywords: space appropriation strategies, transgression, illicit drugs.

Introdução

Tendo nascido numa pequena cidade histórica – Évora – sempre me fascinou a ideia de um espaço esculpido à imagem de projetos antigos, poder ser apropriado por sucessivas conjunturas socio-históricas que moldam os seus destinos a uma morfologia física e a um edificado que parece, a um olhar contemporâneo, imutável¹. Sendo a cidade mais do que um simples edificado e resultando ela de um conjunto de relações cravadas num espaço, sem dúvida que cada conjuntura, como Henry Lefebvre diria dos modos de produção, possa adaptar ou

redesenhar o seu edificado, redefinir as suas funcionalidades, altera as suas centralidades, redefinir os seus itinerários ou, mesmo, integrar um mesmo “centro histórico” em enquadramentos peri urbanos diferentes. Assim, podendo coexistir, não é indiferente que a identidade da cidade numa temporalidade mais recente, seja indexada aos conceitos de “polo administrativo”, “cidade museu”, “cidade universitária” ou “polo de indústria aeronáutica”. Mas o nosso fascínio também é motivado pelo modo como os elementos mais estáveis dessas identidades, instituídas, no essencial, se deixam apropriar para alimentar imaginários

singulares onde se podem pendurar as representações que fazem com que a cidade instituída seja sempre uma cidade única para aqueles que, de alguma forma, a vivem. Lembro-me de, no final dos anos 1980, ter iniciado, com alguns amigos da Universidade de Évora, uma reflexão sobre estes imaginários. Serviunos de inspiração o livro *Aparição*, do escritor Virgílio Ferreira (1988), obcecado pela procura do sentido da existência humana. A estes níveis, a cidade povoa-se de fantasmas, de sentidos múltiplos, de recordações, de desejos, de muros intransponíveis, de jardins escondidos, de portas que só podem ser franqueadas com o conhecimento de códigos secretos, que se entranham, mais do que se aprendem... É a partir desta dimensão, de uma cidade apropriada, que nos interessa aqui refletir, perguntando-nos como, em que medida, ou sob que condições, os espaços que compõem as cidades podem moldar os sentidos de comportamentos e de representações e, simultaneamente, como estes comportamentos e representações podem fixar os sentidos dos espaços. Neste questionamento, interessa-nos mobilizar o conceito de transação desenvolvido a partir do trabalho de Jean Remy (Remy, Voyé, and Servais 1978; Remy 2015)², para quem “a cidade é considerada como um lugar de sentido para quem a habita”, na formulação que tomo por empréstimo a Pierre Pellegrino (1996).

A discussão destas questões tem sido feita pela via da conceptualização tanto teórica ou intensiva, como empírica ou extensiva, para utilizar a terminologia de A. Piaser (Piaser & Ladrière, 1976) ou, como o diz Jean Remy, distinguindo os conceitos interpretativos dos descritivos, estes permitindo designar “factos empiricamente observáveis” e, os primeiros, definindo as regras que nos possibilitam ligar esses factos entre eles (Remy 2015, p. 41-42), níveis que nos parecem ser, muitas vezes amalgamados.

Adotando uma perspetiva epistemológica, Martina Löw (2013) constrói a sua posição contra duas leituras opostas do espaço: a materialistas e a que se apoia nas teorias da ação, e propõe uma síntese com a qual ela procura contornar os limites de cada uma. A autora rejeita as posições estruturalistas sobre a precedência dos espaços físicos ou daqueles que resultam de

práticas sociais, porque elas não permitiriam integrar os espaços do quotidiano, e ela rejeita as posições que decorrem das teorias da ação porque elas reduzem o espaço à sua dimensão de concretude, enquanto lugar, não possibilitando que o espaço possa ser considerado enquanto estrutura. O seu conceito de “ordenamento-ordem”, incluindo as operações de “síntese” e de “espaçamento” (*spacing*), é pensado para permitir, que não só os espaços se possam desdobrar em lugares, mas para que num mesmo lugar possam ser construídos diferentes espaços.

Jean Remy posiciona-se no plano teórico e operacional e adota, à partida, o ponto de vista da ação, procurando esclarecer, a partir desta perspetiva, o funcionamento das cidades. Para isso, ele integra o esquema base da teoria funcionalista (Dasseto & Remy, 2017; Servais, 2013) que lhe permite distinguir os três sistemas centrais do seu quadro de referência: o sistema social, o sistema cultural e o sistema da personalidade (Remy 2015, p. 57). Estes três sistemas são considerados estar em relação entre eles, podendo as suas articulações produzir efeitos de natureza diferente: a relação do sistema social com o sistema da personalidade produz efeitos de estrutura (*structurels*); eles “criam um campo de possibilidades que dão origem a uma lógica objetiva e que exerce os seus efeitos independentemente da consciência que se pode ter deles”, enquanto a articulação entre o sistema cultural e o sistema da personalidade produz efeitos estruturais (*structuraux*)³ em conjugação com um sistema de referência que orienta a ação e a partir do qual se constrói uma “lógica intencional” (Servais, 2013, p. 24). Nos dois casos, o sistema da personalidade joga uma função de charneira, situando os indivíduos, através das suas posições, interesses, recursos, estratégias ou representações no centro da análise. A transação resulta da interseção dos efeitos de estrutura e os efeitos estruturais e ela permite dar conta do “confronto entre uma pluralidade de atores, em relação parcialmente conflitual e em negociação para determinar as zonas de acordo em função da sua capacidade de pressão respetiva”, (Remy, Servais & Voyé 1978, p. 89). É a transação que está na base da produção de “sentidos para as ações individuais, através de sistemas de representação designados como constituindo “simbólicas culturais”, que

constroem as imagens que os grupos têm de si mesmos e da sua relação com os outros (Remy, 2015, p.58).

No plano da conceptualização empírica, o espaço é considerado do lado da sua extensão, quer dizer, das modalidades através das quais ele se oferece à observação – o espaço como materialidade, que significa, sempre, no quadro de relações sociais; as morfologias espaciais; o espaço como produto de relações ou o espaço vivido e imaginado ou ainda o espaço virtual da web analisado, por exemplo, por Cauquelin (2014) (e que sai do âmbito deste trabalho). Muitas partições atualizam, ao nível dos interesses dos seus autores, a diversidade das manifestações empíricas que o espaço pode apresentar. Embora inserida num projeto teórico, a tipologia de Edward Soja (1996) não deixa de procurar cobrir esta extensão quando ele distingue um “primeiro espaço”, que se refere ao objeto da geografia e das práticas que se inscrevem objetivamente num espaço; um “segundo espaço” no qual entram as representações e um “terceiro espaço” que resulta das sínteses operadas a partir dos dois primeiros pelos sentidos que os atores dão às suas vivências. (Cf. Löw 2013, p. 20).

Neste trabalho, propomo-nos discutir o espaço na perspectiva da transgressão, considerando os modos como ele interage com outras dimensões na dissimulação de consumos de substâncias psicoativas ilícitas. Procuramos melhor perceber como os espaços, considerados na sua materialidade, nas suas funcionalidades ou nos seus modos de ordenamento, podem ser indexados a sentidos diferentes e entrar na construção de múltiplos lugares ou, mesmo, na construção de territórios de consumo.

É, portanto, a partir da lógica da apropriação que o espaço nos interessa aqui. Não por escolha teórica fundamentada, como o faz Jean Remy, que a privilegiou à lógica de produção (Remy, 2015, p. 43), mas para poder adequar o referencial teórico ao nosso objeto empírico. Também não é só o espaço que nos interessa, na busca dos sentidos das estratégias de dissimulação. Mas, como o diria, ainda Jean Remy, “o centro das preocupações do sociólogo não é o espaço enquanto tal, mas o contributo que o espaço pode ter

na formação dos atores sociais e nas suas relações, tanto no plano da representação que da interação”. (Ibidem: 155). No mesmo sentido, Martina Löw (2013, p. 31) afirma que o “espaço é noção que encarna simultaneidades” Confrontados com situações que comportam um grande número de dimensões (dentro daquelas que os limites da inferência compreensiva, já para não falar dos limites da regressão causal, nos deixam perceber) e sempre interligadas de forma complexa, o espaço interage com todas elas, de acordo com padrões que não são regulares, nem sempre os mais esperados. Na perspectiva dos atores, os resultados desta interação, apresentam-se como totalizações ou “sínteses” (Löw, 2013) que, ao mesmo tempo que elas constroem as ações, lhes permitem definir-se e se posicionarem em relação aos outros, quer dizer, de significar proximidades e distâncias, de hierarquizar entre um “em cima” e um “em baixo”, de imaginar fronteiras que separam um “dentro” e um “fora” ou uma zona “da frente” e uma zona “de atrás”... O espaço, como no-lo diz Martina Löw, “precisa ser pensado e investigado como condição e resultado de processos sociais” (Löw, 2013, p.17).

1. Uma problematização dos sentidos das cidades para os que nelas vivem

1.1- Construção do objeto: os espaços de consumo como transgressão

Interessa-nos, pois, melhor compreender os sentidos em torno dos quais se constroem os espaços de transgressão. A nossa reflexão tem como foco a análise de comportamentos e de representações de consumidores de substâncias psicoativas ilícitas, quando confrontados com a necessidade de terem de esconder ou, de alguma forma, dissimular, os seus consumos, face ao olhar de outros, a quem eles consideram não ser oportuno ou conveniente revelá-los. Embora esta dissimulação possa conduzir à mobilização de um conjunto de recursos variados, interessa-nos analisar os sentidos das práticas (será que podemos falar de “estratégias”?) a partir da forma como elas se inscrevem na dimensão espacial.

Esta formulação do nosso objeto levanta algumas questões que tentaremos melhor elucidar neste texto. O que significa transgredir quando consideramos comportamentos que podem ser avaliados a partir de diferentes ordens normativas? E o que significa esconder ou dissimular? E, depois, em que medida e com que estatuto o espaço pode ser envolvido nestas estratégias de dissimulação?

Considerando as diferentes ordens de censura – jurídica, médica, moral, social... - que pesam sobre os comportamentos de consumo, a primeira questão que nos ocorre é a de saber como é que os indivíduos, apesar disso, consomem! Esta é, no entanto, uma questão que já foi colocada pelo H. Becker (1985, p. 83-84) que lhe respondeu considerando, no caso particular da marijuana, duas condições: “um indivíduo só adota um modo de consumo regular de marijuana se ele aprender a amá-la, mas esta condição não é suficiente: ele deve igualmente dominar os potentes controles sociais que apontam o seu uso como sendo imoral ou imprudente”⁴.

Torna-se por isso importante analisar a génese destes comportamentos “ímorais” ou “imprudentes” considerando o modo como são enfrentados os diferentes tipos de controle tornando, assim, os consumos plausíveis (Becker, 1985, p. 84). Para além de considerar os processos de aprendizagem que permitem aos consumidores socializar-se nas culturas de consumo, Becker (1985) analisa ainda a necessidade que eles têm de ultrapassar três momentos particulares dos mecanismos de controle: 1) fintando as limitações impostas à disponibilidade e aos modos de obtenção da substância; 2) adotando práticas de secretismo para esconder os consumos e 3) resolvendo as dissonâncias colocadas pela questão moral. Numa primeira aproximação, podemos assim considerar a dissimulação como uma resultante do domínio que os indivíduos conseguem sobre os controles sociais que pesam sobre os consumos.

Qualquer que seja a avaliação que queiramos fazer sobre a atualidade ou a exaustividade das dimensões analisadas por H. Becker (1985), fica a certeza de que os processos são bem multidimensionais, para além do facto de eles poderem desenrolar-se seguindo

múltiplos encadeamentos e assumir sentidos distintos de acordo com as idiosincrasias das situações analisadas. É importante, por isso, limitar a nossa ambição, enquadrando o nosso propósito numa outra questão que pode igualmente responder à perplexidade que resulta de observarmos comportamentos de consumo em contextos que os censuram e punem de uma forma muito invasiva e veemente: decidindo consumir em tais condições, e não querendo, ou não podendo, enfrentar as diferentes ordens que se perfilam por detrás das injunções ao não consumo, quais as estratégias de dissimulação que eles adotam ou, no mínimo, quais as práticas que eles experimentam para manter secretos os seus consumos e que sentidos eles lhes atribuem?

Adotando uma abordagem interpretativa, o que se joga nesta questão são os sentidos que o esconder pode assumir, considerando que os indivíduos são orientados por uma intencionalidade que, no decorrer de um processo de individuação, lhe conferem um estatuto de atores. Mas será que os sentidos deste processo se deixam apreender sempre assim, sob a égide de um indivíduo movido por uma racionalidade que o levaria a fixar objetivos e a manipular os meios julgados adequados à sua consecução? A metáfora do jogo de cartas à qual Jean Remy gostava de recorrer para explicar a maior ou menor capacidade que os indivíduos têm para definir estratégias, jogando o melhor que podem com os naipes que lhes são distribuídos e o trunfo definido, é limitada. E isso deve-se não só ao facto de, na vida real, como se sabe, nem os naipes nem o trunfo serem distribuídos de forma aleatória, para além de, independentemente do modo de distribuição das cartas ser viciada, as regras do jogo poderem ser alteradas desvalorizando, a qualquer momento, os naipes potencialmente ganhadores. Isso quererá dizer que os indivíduos nem sempre são capazes de controlar os sentidos das suas ações comprometendo, com isso, o princípio de um comportamento racional? Sem dúvida. Suspeitamos que, em certas circunstâncias, os sentidos da ação só se desenham *a posteriori*, enquanto rastros que se vão perfilando nos sulcos abertos pela caminhada já feita. Mas a metáfora do jogo de cartas também pode ser inspiradora para compreender situações nas quais os indivíduos não procuram dar sentido às suas ações,

quando eles, de alguma forma pensam poder retirar-se, por um tempo mais ou menos longo ou de uma forma mais ou menos convencida, do jogo dos sentidos. Neste caso, eles jogam cartas que perderam os seus respetivos valores faciais, restando-lhes fazer jogos de equilíbrio (como quando, por exemplo, se constroem ‘castelos’ de cartas equilibrando-as em diferentes andares) ou, como no jogo “solitário”, retendo apenas as suas cores – preta ou vermelha – sendo que os valores das cartas não se adicionam para totalizar pontos, mas servem apenas para organizar os montes). Fernando Pessoa percebeu bem o que está em jogo nestes casos: a recusa de procurar o significado para aquilo a que não se quer dar significado, nem sentido. O comportamento de consumo não significa à luz dos códigos admitidos (“...o que eles querem saber é porque é que a gente fuma?... isso são perguntas estúpidas como o caraças meu, ...porque é que tu fumas?”, não dá, eles não compreendem, quem fez este questionário nunca deve ter consumido droga”, E5/R171), nem das racionalidades valorizadas: ele acontece, apenas e procura-se que não tenha nem passado nem futuro, talvez para que possa ser esquecido pelos outros ou para que, talvez, um dia, o próprio, dele se esqueça...

No trecho 12 do Livro do Desassossego, Pessoa (1999, p 54) começa por excluir o sentido das confissões que ele se propõe fazer:

Invejo – mas não sei se invejo – aqueles de quem se pode escrever uma biografia ou que podem escrever a própria. Nestas impressões sem nexos, nem desejo de nexos, narro indiferentemente a minha autobiografia sem factos, a minha história sem vida. São as minhas Confissões e, se nelas nada digo, é que nada tenho que dizer.

Tratar-se-á de um fazer por fazer, um fazer sem finalidade, porque cada vez que um fim é atingido, outro se perfila no horizonte?⁵

Faço paisagens com o que sinto. Faço férias das sensações. Compreendo bem as bordadoras por mágoa, e as que fazem meia porque há vida. Minha tia velha fazia paciências durante o infinito do serão. Estas confissões de sentir são paciências minhas. Não as interpreto, como quem usasse cartas para conhecer o destino. Não as ausculto, porque nas paciências as cartas não têm propriamente valia.

Talvez que esta figura de um agir poiético (Balsa 2012), de um fazer por fazer, de um fazer sem que se saiba, nem se queira saber, como resultará aquilo que se faz, possa constituir a situação limite que permita melhor perceber os esforços daqueles que definem laboriosamente estratégias para dissimular os comportamentos que lhes doem, por que, descobertos, eles causariam dor a alguém...

Feitas as contas, entre a denegação dos sentidos dos consumos e a sua dissimulação, será que resta alguma ordem que permita, para além de uma descrição de casos avulso, “subir em generalidade”, como o propõe a metodologia do Jean Remy, na busca da compreensão, ainda que parcial, de alguma ordem social nas estratégias que utilizam o espaço para esconder os consumos? Não acreditamos que exista uma gramática que permita conjugar a decisão de esconder com os espaços onde se esconde. Não contamos poder fornecer nenhuma acha para a fogueira de uma leitura determinista da função dos espaços. Mas então todos os espaços se equivalem quando se trata de esconder os consumos? Também não cremos poder alimentar esta hipótese que serviria um relativismo radical... Mas então será que vai prevalecer a fórmula de Jean Remy que prevê a existência de uma situação meio estruturada e meio aleatória entre a intencionalidade do sujeito e as condições das situações negociadas e cujos resultados podem ser por isso, imprevisíveis? Diria que, talvez, não fosse o receio de ser mal compreendido⁶. Mas acreditamos que a intencionalidade, quando ela não vai de férias, será uma peça chave no nosso puzzle e contamos com as achegas de Fredrik Barth (1998) que nos permitirão formular a hipótese da precedência de uma intencionalidade associada à decisão de esconder ou de dissimular sobre a escolha dos espaços onde se esconde; é a primeira que faz com que os segundos possam receber sentidos enquanto espaços de dissimulação.

No entanto, importa ainda que nos interroguemos sobre se, havendo espaços que permitem dissimular, nós podemos afirmar que existem “espaços de dissimulação”. Antes de falarmos dos espaços vamos ter de nos questionar sobre a qualidade a partir da qual eles nos interessam aqui e que tem a ver com a

possibilidade de eles serem considerados adequados para esconder práticas associadas a um comportamento que transgride, de alguma forma, alguma norma ou padrão de conduta adotados por aqueles a quem se esconde. A categorização sociológica ou psicológica de comportamentos que infringem de algum modo normas ou regras socialmente admitidas e, no caso particular os consumos de drogas, é abundantemente tratada na literatura e não faz parte do nosso propósito. No entanto, quando falamos de “espaços de transgressão” impõe-se que delimitemos, no mínimo, do que se trata, quando os agrupamos sob uma mesma etiqueta. Talvez, então, que uma primeira precisão, que nos parece evidente, nos ajude a encaminhar a solução que procuramos: de facto, a transgressão aplica-se ao comportamento e não ao espaço. É o indivíduo que, motivado pela necessidade que ele sente de esconder aos olhos de outros um comportamento que, acordo com as definições que ele e os outros têm da situação, é considerado transgredi-la. Neste sentido, o espaço é uma categoria, à partida, sem valência particular; ele só recebe uma determinada valência quando investido pela intenção do indivíduo consumidor, que à força de repetir um determinado comportamento, seguindo o mesmo caminho, cria roteiros e transmite assim para o espaço que trilha a sua própria qualidade....

Mas será sempre assim? Será só assim? Poderíamos imaginar que determinados espaços, pela sua própria morfologia, são propícios para esconder... Como tentaremos mostrar, esta potencial propensão, não nos permitirá isolar o espaço da intenção que motiva a sua utilização nem do sentido que esta lhe dará, pelo menos quando situamos a análise ao nível das experiências individuais. Mas talvez que possamos falar em “espaços de consumo” se, em vez da sua morfologia, considerarmos o seu estatuto, construído entre uma tradição de uso para os consumos, organização de mercados de substâncias para os consumidores e reconhecimento público e, sobretudo tolerância por parte dos dispositivos de vigilância e de repressão...

2. Apresentação dos materiais empíricos analisados

Os materiais que vamos analisar resultam de 37 histórias de vida polarizadas em torno dos consumos e foram realizadas a indivíduos identificados como consumidores de drogas ilícitas. As entrevistas foram distribuídas procurando o mais possível uma dispersão pelos tipos de substâncias consumidas, o género e os grupos de idade. Apresentamos, a seguir as principais características das pessoas entrevistadas:

Sexo: 15 mulheres e 22 homens;

Idade: mínima, 18 anos; máxima, 44 anos com uma idade média de 28 anos;

Substâncias dominantes no momento da entrevista ou a última consumida (a quase totalidade das pessoas entrevistadas consumiram várias substâncias durante a vida, muitas vezes, igualmente, em simultâneo):

☐ Heroína: 8

☐ Cocaína: 8

☐ Ecstasy: 5

☐ Ácidos: 6

☐ Cannabis 10

O corpus que resultou da transcrição das entrevistas é constituído por 852 páginas. Cada entrevista é identificada por um número de ordem e, quando se julgar necessário, indicaremos algumas das características da pessoa entrevistada. Elas foram conduzidas seguindo um guião semiestruturado construído em torno de três grandes temas: 1) relação às substâncias; 2) relação aos consumos e 3) relação ao segredo. O fio do tempo foi sempre respeitado.

As informações recolhidas têm vindo a informar a programação dos conteúdos e as estratégias de inquirição do Inquérito Nacional aos Consumos de Substâncias Psicoativas na População Residente em

Portugal (Balsa, Vital, & Urbano 2018)⁷, cuja quinta aplicação está atualmente em curso. Tendo sido recolhidas no início dos anos 2000, as narrativas que constituem o corpus inserem-se numa conjuntura onde já vigora a nova política de despenalização do consumo (iniciada em novembro de 2001), mas guardam ainda marcas de uma situação anterior, na qual o problema da toxicodependência tinha uma grande visibilidade. Por outro lado, como as entrevistas procuraram reconstituir a história dos consumos individuais, as situações que analisamos referem-se a anos anteriores, nalguns casos 20 a 25 anos antes, quando consideramos os primeiros consumos de entrevistados na faixa etária dos 30 e que começaram a consumir, por vezes, entre os 10 e os 13 anos. Estas temporalidades apresentam a vantagem de nos permitir captar comportamentos e representações em situações onde as consequências dos consumos eram, mais do que hoje, muito visíveis e por isso mais expostas às diferentes ordens de censura que sobre estes recaíam. Admitimos que isso possa reforçar nos indivíduos a preocupação de dissimular os consumos, dissimulação que nos interessa aqui analisar.

2.1. Organização da análise

A nossa análise do corpus vai incidir sobre categorias construídas em torno de três momentos das histórias de vida. Num primeiro momento, vamos ver como o espaço intervém na construção das identidades pessoais dos consumidores e como ele se inscreve nos próprios corpos, enquanto, como diz Jean Remy, “categoria mental que está na origem de códigos culturais” (Remy, 2015, p. 51). Mas o espaço e as suas representações também entram na construção de estratégias de dissimulação, que procuraremos aprender ao nível de dois momentos: por um lado, ao nível dos primeiros consumos e, por outro lado, ao nível de rotinas de consumos regulares, enquadradas em diferentes conjunturas e culturas de consumo e que resultam em diferentes modos de apropriação do espaço.

2.2. Identidade pessoal: dentro e fora de mim, estar em baixo e não saber dar a volta por cima

Ao nível da sua manifestação mais íntima, o espaço pode ser associado aos consumos através da forma como os seus efeitos conduzem os indivíduos a questionarem-se sobre as suas identidades, a representação que eles têm de si próprios e das suas relações com os outros. (cfr efeito das metáforas do espaço em (Lakoff & Johnson, 1986) Este questionamento passa por distinguir um “dentro” e um “fora” de si, figuras que desenham uma fronteira imaginária entre uma versão “original” de si, ou uma situação de partida, e uma outra, de chegada, revelada através do consumo que constitui a viagem e que eles se representam como abrindo a primeira para novas dimensões antes desconhecidas. Esta possibilidade de estar dentro ou fora de si pode articular-se com a representação – ainda com expressão espacial – das condições de vida ou do estatuto pessoal a um determinado momento da existência e que assume duas posições: quando essa condição é valorizada isso corresponde a um “estar em cima” e quando ela é avaliada negativamente os indivíduos manifestam o sentimento de “estar em baixo”. Neste caso, o consumo é justificado pelo facto de não se ter sabido “dar a volta por cima”.

Lembramos que analisamos narrativas de consumidores que, como diria H. Becker, fizeram “carreira” no consumo, quer dizer que para além de experimentarem, aprenderam a gostar de consumir e aprenderam a ultrapassar as barreiras que se opõem aos consumos (Becker 1985). Todos os entrevistados tendem por isso a encontrar boas razões que justificam os consumos nas suas vidas, isso, mesmo, quando as primeiras experiências não foram gratificantes. As novas manifestações de si conseguidas através dos consumos podem até ser naturalizadas, como se a droga não fosse um elemento estranho, como se a viagem substituísse o ponto de partida e de chegada : (“[justificar o consumo porque se] ator, músicos ou isto ou aquilo, essas coisas,... isso é para estúpidos e ‘betos’, os ‘betos’ é que têm essas m...., o pessoal com os pés assentes no chão, sabe bem que não se associa a nada” E5/R235; “...dá-me prazer... é muito esquisito estar a explicar o que a droga te diz...”, E5/R144-145). No

entanto, facto de terem aprendido a gostar da droga, não impede que, em certas circunstâncias, os consumidores não lamentem ter iniciado ou admitam que, sem os seus efeitos prazerosos, o consumo seria um “flagelo” (E5, Ibidem) ou que o consumo represente “*um castigo que se faz a si próprio*”, (cf. infra).

No entanto, em modalidades que envolvem um maior controle, o consumo permite bem distinguir entre um “estar em si” e um “sair de si”. No limite da sua representação física, o consumo permite que o indivíduo possa “*pôr a cabeça de fora e gritar*” (E5/R216). Mas o desdobramento pode bem realizar-se, mais prosaicamente, na varanda da sua casa (“*misturei haxixe com erva e estava lá, então, na minha varanda, num dia de sol. Fumei e fiquei, parecia mesmo que estava fora de mim, uma sensação mesmo muito boa, que estava fora de mim, estava mesmo com uma grande moca... estava a gostar de estar naquele estado ... fiquei naquele estado lindo, mesmo liberto*” (E22/R171). Aliás, este sentimento de libertação não se limita apenas ao eu que se exterioriza, supondo um eu, interior, mais condicionado, mas ele pode aplicar-se igualmente à separação entre o corpo e o espírito: “*gostei [da coca] mais do que o haxixe; dá uma moca mais livre, uma pessoa sente-se bem por dentro e por fora e de todas as maneiras.*” (E17/R150).

Enquanto veículo da viagem entre o dentro e o fora de si, o consumo aparece, então como um adjuvante para melhor se perceber a si mesmo (“*dá-te uma nova consciência de ti como pessoa, como ser e no fundo como parte de um todo*” E34/R94) ou para melhor perceber a realidade, não só porque ela permite que a percepção atinja uma “quinta dimensão” (“*tu consegues olhar seja para o que for e tu veres, captares, veres isso, cada objeto e de cada coisa que vejas há algo que nunca tinhas visto antes, é quase supremo, é acima...*” E27/R101) mas, também, por que ela pode tornar ainda mais prementes os problemas que se enfrentam, consoante a forma como “bate” ... Em todo o caso, a droga parece baralhar as fronteiras entre o que é real e o que não é (“*tu consegues quase chegar, de uma forma irreal, chegares à realidade da essência das coisas, percebes? Eh pá, então é isso, ouve lá, eu não consigo descrever, pronto, é inédito, é completamente fora da realidade..., mas ao mesmo tempo não é...*” E27/R101).

No entanto, as valências do “dentro” e “fora de mim”, podem ser indexadas a investimentos afetivos com orientações opostas, podendo o “fora de mim” provocado pelo consumo corresponder a uma experiência negativa (“*bateu muito bem, mas depois houve qualquer coisa e eu não conseguia sair da tripe e assustei-me imenso ... rezei a todos os santos pra ficar boa, pensei logo que ia ficar maluca, eu estava completamente fora de mim, não conseguia acalmar, mas depois consegui dormir ... e quando acordei eh pá, senti-me a mulher mais feliz do mundo, tomei um pequeno almoço enorme e disse 'nunca mais!' Só que por acaso foi mentira...*” E27/R97). Esta avaliação negativa vai igualmente marcar as conjunturas de abandono dos consumos, como veremos, com mais detalho, abaixo.

Uma outra figura acontece quando a evasão que se procura “fora de si”, corresponde a uma libertação dos sentimentos que se vivem dentro, mas que leva ao caminho de uma nova prisão. Num primeiro momento, a vida interior dói sem que, por vezes, essa dor possa ser partilhada (“*eu carreguei essa dor toda dentro de mim sozinha e ainda encarnei o papel de que está tudo bem, ou seja para as pessoas de fora ninguém podia perceber o que é que se estava a passar dentro de mim, portanto, diante das outras pessoas era uma coisa e cá dentro era outra*” E11/R7). O consumo pode aparecer, nestas circunstâncias, como uma fuga, mais do que como uma libertação, como vimos no caso das figuras anteriores: “*é a vontade de encher a cabeça e não sentir nada*” (E11/R77); “*digamos que, tudo o que se está a passar à volta, não te toca*”, (E01/R44); “*Era bom, a sensação era muito agradável e tirava-me todas as dores...as dores da alma*”, (E23/R58); “*gosto de me sentir fora de mim, percebes? Gosto de me sentir fora da realidade..., fugir daqui um bocadinho, nem que seja..., claro que os problemas, eu sei que os problemas não desaparecem, toda a gente sabe... mas é durante aquele período que tento não estar cá, por um bocadinho*”...(E37/R41). Com o sentimento de não conseguir mudar “o mundo” que causa sofrimento, julga-se que a salvação só poderá passar pelo alheamento, que uma oportunidade de consumo pode permitir alcançar: “*quando comecei a consumir, tanto heroína como, principalmente, os ácidos e as pastilhas, era para me sentir fora de mim e para estar bem, para ficar... apagada, digamos assim, da realidade. A diferença é que neste momento, em vez de consumir só para sair de mim, não, é para estar fora deste mundo*”, E37/R51). O consumo permite, assim, mais

do que um distanciamento entre duas manifestações de si; ele conduz a um distanciamento entre si e o resto do mundo.

Vemos, assim, que o querer sair fora de si, para de poder estar relacionado com estados de alma, pode igualmente dever-se a dificuldades impostas pelas circunstâncias da vida. Do lado dos estados de espírito, considera-se que uma pessoa que se sente bem, não precisaria de drogas: “*se eu estou com uma ‘grande moral’ não me apetece estar a fazer estas coisas, mas se me sinto um bocado mais em baixo, vou tentar, à procura que aquilo...*”, (E5/R175). Procura-se o consumo para reanimar ou para descontraír, quando se está mais “*em baixo psicologicamente*” (E13/R137) ou quando se está “*num estado de espírito em baixo*” (E22/R167). Mas o consumo também pode “*afundar completamente*”, dependendo da substância ou do estado de espírito da pessoa (E22/R167).

Por outro lado, o consumo também pode ser justificado como fuga, para esconder determinadas circunstâncias da vida: “*aconteceram várias coisas que me estavam a deitar abaixo e eu não soube dar a volta por cima*”, (E11/R7). Sair por cima, sem drogas pode ser o objetivo para quem deseja abandonar o consumo (“*há pessoas que, afinal até se conseguem manter limpas de drogas não sei quantos anos e conseguem dar a volta por cima e é evidente que isso é um incentivo para mim*”, E11/R56). Veremos, mais à frente, que a força de vontade pode não chegar, quando as distâncias cavadas foram longe demais. No entanto, numa simbólica de responsabilização individual, o dilema passa por assumir a sua vida sem drogas ou, em situações de gestão de riscos associados aos consumos, saber controlar uma força que vem de fora com uma força que se impõe do interior: “*depende um bocado da tua força para chegar lá ou não...porque, no fundo isto tudo não passa de estímulos que vêm de fora para dentro, mas a segurança tem de vir de dentro para fora*” (E34/R51).

2.3. Os espaços dos primeiros consumos: Proximidade e produção de distanciamento

Sabemos que aproximadamente 60% dos consumos de canábis são experiências isoladas ou tiveram uma duração relativamente curta⁸. Esta não é a situação dos casos que aqui analisamos, uma vez que a nossa população é constituída por pessoas que se definiram como consumidores ou, não sendo consumidores no momento da entrevista, tinham abandonado recentemente o consumo ou tinham abandonado o consumo de uma substância (geralmente heroína) continuando a consumir outras. Quer dizer que na base da nossa informação estão pessoas que não só experimentaram, mas que continuaram a consumir, integrando-se, a grande maioria, em perfis de policonsumos e de consumos nocivos. Por outro lado, também registamos, entre a população entrevistada, idades de início mais baixas do que a média – muitas vezes abaixo dos 15 anos - e, igualmente, a associação do consumo precoce de canábis com outras substâncias, como o álcool e o tabaco. Mais do que um consumo ocasional que não foi repetido, pareceu-nos que este perfil nos permitiria, melhor do que o da população geral, de nos interrogarmos sobre os sentidos dos consumos enquanto práticas de transgressão. Numa formulação preliminar, o nosso propósito passaria, então, por nos questionarmos sobre os espaços dos primeiros consumos enquanto meios de dissimulação, considerando que esse comportamento teria uma potencial dimensão transgressiva.

Claro que esta formulação assenta completamente no pressuposto de que os primeiros consumos (aos quais nos limitaremos aqui) podem ser completamente entendidos à luz das orientações dominantes dos quadros normativos proibicionistas. Esta pretensão não é razoável, por duas razões. Em primeiro lugar, exceto em situações muito particulares e institucionalmente controladas (por exemplo, consumo assistido, que não nos interessa aqui e territórios de consumo, sobre os quais voltaremos), não existem “espaços de consumo” nem, *a fortiori* dos primeiros, porque, na perspetiva das instituições que decorrem dos quadros normativos dominantes, os consumos são sujeitos a uma operação de forclusão, a

sua possibilidade de existência é, à partida, negada. Em segundo lugar, procurando entender a ação a partir das práticas individuais, qualquer relação entre consumos e dissimulação tem de ser ancorada nos sentidos que estas práticas têm para os indivíduos e este sentido está longe de ser associado, numa primeira instância, a um ato de transgressão. Começaremos por explorar estes sentidos, para nos interrogarmos, a seguir, sobre como os espaços dos primeiros consumos pode significar, ao mesmo tempo, uma proximidade e uma produção de afastamento.

2.4. Significado dos primeiros consumos na perspetiva da transgressão

O consumo como experiência e aventura

Uma motivação associada muito frequentemente pelos entrevistados aos seus primeiros consumos é o desejo de experimentar (*decidi que queria experimentar, para saber como é que era...*, E3), a curiosidade (*“era só curiosidade, aliás, nessa altura... os meus amigos mais próximos... ninguém sequer consumia”*, E2) que os leva a querer descobrir novas sensações; a aventura (*“fomos experimentar, numa de aventura, para ver se realmente valia a pena, se não valia a pena...”* E9), a busca de novidade (*“foi novidade e eu quis experimentar (E21); “porque surgiu um ácido à minha frente, porque tive curiosidade, porque tem uma certa adrenalina”* (E27).

O consumo como meio de socialização e de gestão de relações afetivas

Igualmente frequentes são as motivações atribuídas à necessidade de conseguir uma integração num grupo de consumidores (*“eu comecei a fumar droga para ser aceita no grupo”*, E16/R51) ou como a resultante de uma relação afetiva com alguém que já consumia.

A vontade de integração num grupo de consumidores pode ser motivada por simples mimetismo (*“porque*

eles estavam a fumar e eu tinha também que fumar: ‘Maria vai com as outras’”, E7, E12, E18, E19, E21, E25, E31, E37). Podem igualmente ser detalhados os critérios que justificaram a adesão à prática do grupo sendo avançados, designadamente, a influência que os mais velhos podem exercer sobre os mais novos (*“foi estar nos grupos dos mais velhos e dos que fumavam e para ser superior aos outros”*, E16, E29, E33), ou a confiança que esses amigos mereciam (*“já que era um amigo de confiança, uma pessoa de confiança que nos estava a dar para experimentar... eu achei que era uma boa altura ... porque podia ter confiança nele que não me estava a endrominar com nada esquisito”*, E35).

Mas a iniciação pode igualmente ser motivada no contexto de relações afetivas, seja como provas de amor (*“isso tudo para te dizer que o meu namorado na altura era um indivíduo propenso a essas coisas, e na altura eu gostava imenso dele”*, E4, E27), seja por que não se quer perder um (*“uma das razões pela qual eu tinha acabado o namoro era por ele consumir droga e eu percebi que era o baxxe e, para eu perceber que aquilo era inofensivo deu-me, a experimentar”* E11), ou ainda por solidariedade (*“estava com o meu marido, até estava com ele no carro, ele já fumava na prata, não era injetado e eu disse-lhe que me apetecia experimentar”*, E26).

O consumo para aderir a um estilo de vida

A adesão às práticas de um grupo, também podem ser justificadas pela vontade de aceder a um “estilo de vida” que se valoriza:

“Um bocado maravilhado por todo aquele mundo, que estava na altura a começar a conhecer”, (E6); *“Foi isso do estilo: ‘Ah, fumo ganzas, não sei quê!’. Agora não...”*, (E20); *“Sentia que por fazer isso era mais do que os outros, sentia-me superior, como ficava assim daquela maneira, ficava assim tonto, sentia-me, pensava que era mais que os outros”*, (E25); *“Morava na linha e frequentava tudo que era... jetset, e não sei quantos, tudo que era essa zona toda noturna, frequentava isso, e, e havia muita gente que fumava e que bebia”*, (E31); *“Esse grupo de amigos com quem eu me dou ... eram pessoas que estavam a ter as primeiras experiências naquelas drogas e estavam a debater acerca de várias questões existenciais e aquilo dava assim um certo auxílio para isso”*. (E32); *“Foi no liceu, porque*

havia aquele grupinho que tocava viola, eles vestiam diferente, eles falavam diferente... lá está, quando era miúda via aquilo que me atraía e então... (E18); “O que me atraía era o que era diferente; eles eram diferentes, porque consumiam e eu automaticamente queria pertencer a esse grupo, por isso comecei a consumir, ia à procura sempre” (E18)

O consumo para se sentir adulto ou responsável

Numa variante desta procura que passa pela aceitação de uma vida mais prosaica, o primeiro consumo pode ser justificado como uma prova de que se sabe assumir as responsabilidades da vida: *“foi mais ou menos uma experiência que eu fiz em mim, porque os meus pais se tinham separado para aí há 1 ano e tal e isso foi uma daquelas minhas primeiras experiências de adulto pronto, porque só os adultos é que faziam essas experiências não é?, então aquilo para mim era uma grandeza muito grande, era, pronto, uma experiência acrescida, não é?” (E8).*

O consumo como transgressão

A ideia de que os primeiros consumos puderam estar associados a uma vontade de contrariar qualquer norma está muito pouco presente no nosso corpus. Para além da representatividade desta posição (que não nos preocupa aqui), interessa-nos anotar as três modalizações do sentimento de ter havido transgressão quando se consumiu pela primeira vez. O consumo pode ser representado, por um lado, como um ato de rebeldia, uma afirmação de si diferente da esperada, que pode não limitar-se à dimensão dos consumos, os consumos podendo ser, no entanto, uma das suas manifestações. Os padrões de avaliação variam podendo ser a idade (*“...mais um actozinho de rebeldia, rebeldia para a idade”*, E1), um estatuto junto do grupo de pares que se quer cultivar (*“eu consumia para ser mau”*, E21) ou a não conformidade em relação às normas impostas por determinados contexto de referência, como, por exemplo, a escola (*“no colégio era assim tipo..., era rebelde, não era uma pessoa muito straight to the rules, era assim mais um bocado, era um bocado conflituosa com a própria, com a própria norma do colégio; se bem que vivia dentro dela mas era*

uma relação de conflito”, E31). Mas a o consumo também pode significar em relação à própria interdição de consumir (*“era novo, era ilegal”*, E15). Finalmente, para além da infração de uma lei, o primeiro consumo também pode ser representado como uma forma de contestar um sistema que se quer mudar (*“o que me levou a experimentar foi a minha frustração perante o mundo, perante isto tudo, e queria explorar novos caminhos”*, E19).

O consumo ingénuo, por desconhecimento

Muito diferente do consumo como instrumento de afirmação de uma diferença, é aquele que é feito por engano : *“o primeiro eu até pensava que era um cigarro, quando me deram ..., deram-me um charro mas não sabia o que era”*, (E5, E22, E31, E33); *“Eu não sabia o que era, mas também não perguntei para não fazer figura de otária” (E18).*

O consumo para ter mais energia

O primeiro consumo também pode ter estado associado à procura de energia suplementar para realizar determinadas atividades: *“uma rapariga mais velha já tinha experimentado, disse que aquilo era giro, que a gente ficava, ficava diferente e ficávamos com mais speed e inclusive experimentei antes de ir um jogo de basquete, e resultou!” (E23).*

O consumo como fatalidade

Por vezes, ainda, o consumidor sente-se perseguido pelo destino: *“eu e o meu irmão [morto por uma overdose] pelos vistos temos uma propensão terrível para os vícios” (E1).*

2.5. Não havendo transgressão como pensar a necessidade de dissimular

Constatamos, assim, com base nas razões singulares avançadas por cada iniciante, que os sentidos dos primeiros consumos não são, na maioria das experiências analisadas, indexados a uma situação de transgressão. Não podemos postular, no entanto, que, não sendo consideradas transgressivas, as outras motivações atribuídas aos primeiros consumos possam ser consideradas “habituais”; elas apontam, todas, para uma dimensão de excecionalidade, de fora do “normal”, no fato mesmo de serem invocadas situações de “experiência”. No limite, todas elas têm algo de transgressivo, mas no sentido que lhe é dado por um dos nossos entrevistados quando considera que os consumidores “*têm ideais e pensamentos um bocado fora do normal, do sistema da sociedade, tipo⁹ ‘ser diferente’...*” (E20/R331); “*não digo que seja fora do normal, mas é... tipo, se eu agora chegar ali àquela casa e pintar a casa toda, sei lá, se aquela casa fosse minha e pintasse a casa de vermelho ou de outra cor, ficava fora do normal e as pessoas só por isso... iam reagir de uma forma um bocado...*” (E20/R334).

Nesta linha de pensamento, sabemos que, à partida, todos os consumos são transgressivos à luz de códigos jurídicos, médicos ou morais, particularmente, nos casos que nos ocupam dos códigos familiares... que os consumidores conhecem, embora os possam interiorizar em maior ou menor grau ou, mesmo, de acordo com critérios de valoração distintos. O que constatamos, é que estes códigos de transgressão mais formais não participam na definição da maioria das situações de “primeiros consumos”. Mas, não sendo esta a via seguida para totalizar os sentidos da transgressão, os primeiros consumos são sempre marcados pelo carácter “invulgar” que os distingue em relação ao padrão de comportamento esperado pelas pessoas e instituições nas quais os iniciantes se inseriam na altura. Mas, raramente os códigos são unívocos no plano das suas aplicações... pintar a casa de vermelho, para retomar o exemplo dado pelo nosso entrevistado, poderia não significar apenas uma diferença de gosto, mas também uma contravenção, numa cidade que obrigasse a pintar as fachadas dos seus edifícios com tinta branca. Sem dúvida que vários códigos são sempre equacionados

para justificar as razões de uma ação, no entanto eles podem intervir com modulações variáveis, de acordo com as perspetivas que se adotem ou das circunstâncias.

2.6. Proximidade efetiva e produção de distanciamento dos consumos

Sabemos que por serem ilícitos, no plano legal, para além de censurados por várias outras ordens, os comportamentos de consumo não são, à partida, associados a espaços instituídos (cf. supra). Por essa razão, qualquer espaço onde se decida consumir suporta um comportamento que é, no mínimo censurado. No entanto, os espaços onde se vai consumir, são, regra geral, muito próximos dos “experimentadores”. Os primeiros consumos – no essencial haxixe ou derivados, fumados - vão realizar-se nos principais espaços onde se desenrolava a vida quotidiana, em momentos onde os nossos entrevistados eram, na quase totalidade dos casos, muito jovens: a escola, a casa de amigo/as ou namorado (sem extensão de género), no bairro ou na cidade de residência principal. A regra é que os primeiros consumos sejam feitos acompanhados por pessoas muito próximas, geralmente amigos/as ou namorados (“*na casa do meu namorado... passei pelo quintal, mas foi numa casa*”, E27). Quer dizer que a proximidade física é apoiada por uma proximidade social e afetiva.

Parecem excluídas as casas dos próprios; no limite, o consumo teve lugar no exterior (“*foi aqui à porta de casa*”, E35; “*cá em baixo, nós tínhamos quintal, não é?*”, E8). Um relativo distanciamento em relação a espaços associados a algum grau de controle normativo (casa, escola, espaço público...) também pode ser significado pela construção de lugares próximos que sugerem a possibilidade de ocultar: “*atrás das vivendas*”; “*atrás de um prédio*”; “*numa rampazinha que havia lá atrás da escola*”; “*foi ao pé da escola onde eu andava, foi numas arcadas*”; “*bouve uma altura que havia lá uma obra por trás de uma das casas e a gente encontrava-se sempre. Ainda hoje, quando a gente vai lá, dizem sempre: ‘estão lá atrás na obra’*” ou “*no meio do campo*”.

A “casa” dos próprios parece bem marcada enquanto locus da autoridade parental. Assim, durante as férias, este distanciamento relativo pode ser conseguido consumindo fora da residência partilhada pela família, por exemplo, numa tenda (“*estávamos nove dentro duma tenda e fizeram duas gansas e depois aquilo rodou por ali*”, E30).

A zona “de trás”, que serve a ocultação, também pode, num segundo círculo do distanciamento, assumir uma expressão mais próxima daquela que estamos mais facilmente dispostos a aceitar como sendo a da “transgressão”. Isso acontece quando o primeiro consumo ocorre em momentos que cortam, de alguma forma com o quotidiano, como em ambientes festivos (“*foi na Faculdade, lá numa festa*”, “*fomos para o Bairro Alto beber uns copos*”, “*foi numa discoteca*”) ou em rituais de transição “*foi numa festa numa passagem do ano*”.

No entanto, a dimensão transgressiva também pode manifestar-se numa terceira zona do distanciamento, quando o consumo está, à partida, associado a um comportamento assumido como contrariando as expectativas dos próximos, como quando, por exemplo, o primeiro consumo é feito com o dealer num quarto de hotel (E4) ou quando ele ocorre em casa da amiga com a qual os pais proibiam a convivência por ser considerada como “uma má companhia” ou mesmo quando o consumo tem lugar na casa do namorado, mas entrando pela pelo quintal” (E27).

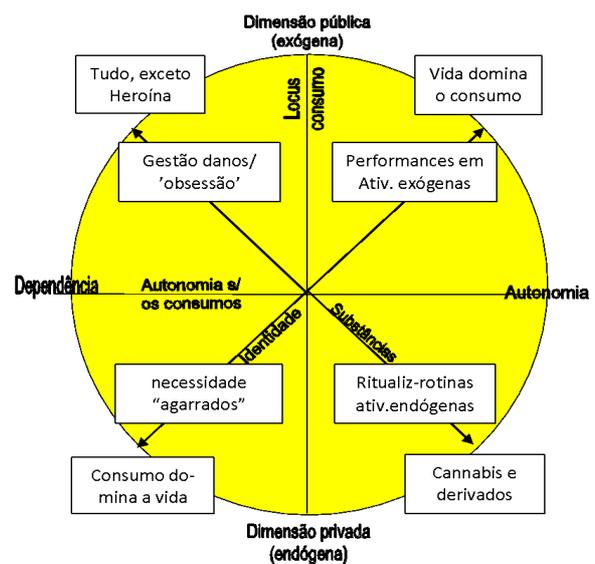
Parece-nos, assim, que todos os espaços podem receber um primeiro consumo, desde que eles passem pelo crivo da intencionalidade dos indivíduos. Esta intencionalidade parece marcada por uma ética das relações, que torna aceitável que espaços próximos possam ser diferenciados de acordo com uma vontade de produzir distanciamento em função da preocupação de dissimular, sem dúvida para evitar sanções que daí poderiam ocorrer. Por exemplo, a “casa” é bem um lugar de consumo, mas não a “casa” própria, submetida à autoridade parental, sem dúvida, enquanto não se aprende os modos de ultrapassar os controles (que é o caso quando o consumo se faz em casa de amigos já iniciados). Da

mesma forma que outros lugares de primeiros consumos, todos, em geral, muito próximos de “casa”, são indexados a um marcador que lhes atribui um potencial de dissimulação: atrás, anexos (como o quintal), espaços contíguos a zonas residenciais, momentos de festa em espaços de frequência quotidiana, como a escola, ou, mesmo, a noite.

3. Conjunturas e culturas do consumo regular: a construção de lugares de consumo no espaço

Num trabalho a desenvolver noutra publicação (Balsa, Urbano e Vital, 2021), procurámos condensar a extrema diversidade das práticas de consumos regulares, na perspetiva da dissimulação, numa tipologia construída a partir de duas dimensões: 1) a maior ou menor autonomia dos indivíduos sobre a decisão de consumir, que opõe a dependência à autonomia e 2) os *loci* privilegiados dos consumos que podem ter uma orientação mais pública ou mais privada.

Figura 1: Diversidade das práticas de consumos regulares



Fonte: Balsa, Urbano e Vital (2021).

Completámos a substrução com mais duas dimensões que permitem enquadrar as posições desenhadas considerando, uma, a forma como a droga marca as identidades dos indivíduos enquanto consumidores (dominando mais ou menos as suas vidas) e, outra, a perceção do risco associado às substâncias que se joga numa polaridade entre “fumar exclusivamente haxixe” e todas as outras substâncias excluindo, no entanto, a heroína, que é avaliada, sobretudo por ex-toxicodependentes ou dependentes em tratamento, como comportando um nível de risco que se situa noutro patamar.

A questão que nos propomos discutir neste texto é a de saber se existem espaços privilegiados para cada uma das orientações modais desenhadas por esta tipologia de “conjunturas de consumo” que, acreditamos, correspondem a fases entre as quais os indivíduos, praticando muitas vezes policonsumos, podem circular, mas, igualmente, a distintas culturas de consumo. Consideraremos quatro dessas conjunturas: 1) dependência; 2) consumos medicamente apoiados ou ex-toxicodependentes; 3)

consumos (geralmente de cocaína, ecstasy e ácidos) com gestão de riscos e 4) consumo exclusivo de cannabis ou derivados integrados nas rotinas de vida dos indivíduos.

Na análise de cada conjuntura procurámos perceber a forma como algumas dimensões que caracterizam os perfis dos consumidores podem interagir, de forma significativa, com a escolha dos espaços onde se consome ou com a construção de lugares de consumo: 1) as substâncias; 2) a identidade pessoal e relação ao controle sobre os consumos; 3) dimensão relacional; 4) dimensão afetiva; 5) relação aos valores e 6) avaliação socio afetiva da situação.

A descrição detalhada destas conjunturas que, pela sua extensão, não podemos incluir aqui, será feita noutro trabalho (Balsa, Urbano, & Vital, 2021). Para as necessidades do nosso propósito neste texto procuramos sintetizar, na tabela a seguir, as orientações modais de cada conjuntura a partir das dimensões selecionadas.

Tabela1: Orientações das Conjunturas de consumo

Dimensões	C1-Dependência	C2-Exdependencia recente	C3-Gestão de riscos	C4-Rotinas
Substâncias	Heroína Cocaína	“Tudo exceto heroína”	Ecstasy Ácidos Cocaína	Haxixe
Relação ao controle	Consumo sem controle	(Em vias de) abstinência ou consumo assistido	Consumos ocasionais / periódicos	Consumo integrado em rotinas de vida
Identidade pessoal	Situação de Desafiliação ou de traição perante outros significativos	O difícil reencontro com os outros	“Está tudo na cabeça de cada um”	Autoestima, procura de um “estado de espírito” ou “estilo de vida”
Dimensão relacional	Consumo sozinho ou grupos de apoio /Na droga não há amigos	Procura recuperar relações perdidas	Consumo de relação / Festivo, evasão de si ou performativo	Consumo familiar ou em grupos afetivos / Um segredo que se partilha
Relação aos valores	Degradação dos valores, faz-se o que nunca se esperaria poder fazer	Em busca dos valores perdidos apesar dos outros	Nem o que o “Governo quer”, nem o que a vontade dita	Dentro dos valores, só que com a mente mais aberta
Avaliação situação	“O inferno na terra”	O céu não está necessariamente garantido	Tensão que é preciso saber gerir	Valorização de relações de proximidade / “Melhor consumir em casa do que na rua”

3.1. Conjunturas de dependência: um exílio da vida

As experiências de policonsumos e a prevalência de determinadas substâncias no tempo, são comuns à maioria das biografias que recolhemos. No entanto, as situações de dependência que agora analisamos integram sempre o consumo de heroína ou de cocaína e, nalguns casos, as duas. Embora sejam realçados os efeitos aditivos de outras substâncias, a heroína é considerada ocupar um lugar especial. O “*círculo vicioso*” do consumo (E4/R53) faz com que “*os indivíduos de heroína, a única coisa que têm presente é a heroína, não têm mais nada*”, (E8/R81). Em todos os casos aqui analisados o consumo é considerado como uma necessidade (“*para não ressacar*”) e ele é avaliado negativamente (“*a coca já é como um castigo que eu faço a mim próprio*”, E5/R175).

A representação da heroína como sendo uma droga “forte” e estigmatizada como tal, para além das próprias tecnologias de ingestão, podem justificar que, à partida, o seu consumo exija espaços mais desviados dos olhares estranhos. No entanto, esta condição, que se aplica, embora de forma mais atenuada, a qualquer substância ilícita, é compatível com qualquer espaço, tendo em conta as circunstâncias e os significados associados a diferentes fases do consumo de heroína.

Parece-nos, assim, que para além de considerar os espaços onde se consome, esgotando nas suas configurações físicas ou funcionais os sentidos espaciais dos consumos, teremos de mobilizar outras dimensões que nos parecem importantes para modelar os lugares propícios ao consumo, particularmente quando, como no caso que nos ocupa neste ponto, ele é compulsivo. Neste sentido, sabemos que a progressão do consumo, no sentido da dependência, tende a reduzir as relações e, por esse facto, a restringir os espaços não só dos consumos, mas, igualmente, os espaços onde se vive. Primeiro, do lado dos não consumidores. Mas a progressão do consumo leva igualmente a uma redução dos amigos consumidores ao mesmo tempo que os interesses associados aos encontros também começam a limitar-se aos únicos consumos que acabam por tornar-se, finalmente, numa atividade solitária. Mesmo o espaço

da casa pode ser restringido e as relações limitadas em função das necessidades do consumo: “*o meu namorado passava semanas e semanas dentro do apartamento, fechado, com um sol abrasador lá fora, mas ele fechado, à luz escura, e a injetar-se*”(E4/R53).

Devemos, no entanto, distinguir as situações em função dos recursos dos consumidores. Apesar de partilharem características comuns, as vivências do consumo podem variar considerando, por exemplo, a etapa que as pessoas vivem num processo de desafiliação, que se articulam, de acordo, sem dúvida, com geometrias variáveis, aos efeitos da própria origem de classe social.

Ao consumo restringido à solidão da “casa” ou do “quarto” opõe-se o que se faz na “rua”, duas formas opostas de enfrentar a toxicodependência que comporta, no entanto, posições intermédias.

No caso dos toxicodependentes “de rua”, o consumo solitário representa menos um capricho do que a necessidade de proteção em espaços onde consumo e tráfico juntam pessoas que “*se tivessem que vender a alma ao diabo por um caldo, vendiam*”, (E11/R45)”. Neste “mundo” “*uma pessoa a consumir drogas não consegue ser amiga de ninguém?*” (E11/R26).

A alternativa a estes espaços que juntam tráfico e consumo pode ser o colchão que uma das nossas entrevistadas ocupa numa antiga fábrica onde vive e onde decorreu a entrevista. Ela já fez curas, já esteve “limpa”, mas acabou por voltar ao consumo. A “estrada” é o outro espaço que frequenta, para se prostituir, a necessidade de consumir sendo considerada poder justificar qualquer meio. A transgressão é, nestes casos, claramente assumida: “*neste mundo não há amigos, não há valores, não há nada, vale tudo*” (E11/R45, E18/R166).

Esta descida aos infernos (“*Isto é um inferno na terra*”, E23/R78) não é observada no caso de dependentes que conseguem manter fontes de rendimentos sem ter a necessidade de transgredir. Porém, não é preciso tanto para que um consumo dependente possa ser considerado como uma transgressão a códigos morais, quando, por exemplo, estão em causa relações de confiança ou de compaixão. Uma das entrevistadas

vai abandonar o consumo de heroína (continuando, esporadicamente com outras drogas) porque considera não poder continuar a mentir à mãe (a quem outro filho morreu com uma overdose): “*deixei de consumir por iniciativa própria para eles nunca o saberem*”, (E1/R59). A transgressão também pode ser lida em relação a uma identidade pessoal e social de si próprio valorizada: “*se tivermos algum respeito por nós próprios...*” (E23/R78).

A existência de uma fronteira entre o dentro e o fora, vivida dramaticamente na oposição entre a “rua” e a “casa” e o seio familiar, que geralmente lhe corresponde, pode assim ser igualmente observada dentro do próprio agregado familiar, quando os consumos, dissimulados ou não, obrigam a segmentar o espaço comum. Esta fronteira também pode ser porosa quando os consumidores dependentes continuam a beneficiar do apoio familiar.

Consideremos, finalmente, em conjunção com a conjuntura de consumo dependente, um tipo de espaço instituído para o consumo. Trata-se de espaços, como já referimos antes, onde é possível vender e consumir drogas e que beneficiam de algum grau de tolerância por parte das instâncias de controle (excluímos os espaços medicamente apoiados que, como já o dissemos antes, não nos interessam aqui). Alguns destes espaços, reconhecidos pelas suas funções, alguns deles fora mesmo dos grupos de utilizadores (“*toda a gente sabe (riso)*”, E1/R58), são citados nas biografias que recolhemos, algumas vezes porque eles foram frequentados durante algum momento dos percursos de consumo. Embora possam ser frequentados por compradores de origens sociais diversas, estes espaços concentram consumidores residentes e ocasionais alguns com perfis de desafiliação extrema. Conotados como espaços de exclusão, a sua delimitação física, por vezes, bem marcada, é reforçada por serem representados como zonas pouco recomendadas e perigosas, a sua frequência requerendo precauções e uma socialização mínima. Estes espaços de consumo, são, assim, fisicamente delimitados, reconhecidos publicamente pelas suas funções, e representados como tendo propriedades próprias que os distinguem dos espaços limítrofes. Para além disso,

eles oferecem recursos que os tornam atrativos, constituindo meios aos quais determinados utilizadores (“*que gostam do meio*”, E1/R54) se podem identificar, podendo constituir “*um meio que se torna viciante*”, Ibidem).

3.2. Conjunturas de saída da dependência: a difícil recuperação de um “paraíso” (ou talvez não) perdido

As conjunturas de saída da dependência compreendem-se e, ao mesmo tempo, permitem complementar a compreensão da conjuntura de dependência. Nos casos que observámos antes, a substância na origem da dependência era a heroína, nalguns casos associada à heroína. Por isso, uma das marcas que caracteriza bem esta conjuntura no plano das narrativas é a vontade de afastamento das circunstâncias associadas ao consumo e a rejeição radical em relação à heroína: “*tudo, exceto a heroína*” (E8/E15/ E27/E32). A decisão de abandonar a heroína e suspender a situação de dependência não implica sempre o abandono do consumo de outras substâncias. As conjunturas de desistência não são necessariamente as últimas nas histórias de consumo que nos foram confiadas porque a períodos de abandono podem suceder-se períodos de “recaídas”.

No plano das identidades individuais e da relação ao controle, a decisão de abandonar um consumo pode depender de múltiplos fatores cuja importância nos parece, sobretudo, associada às idiossincrasias das histórias individuais.

No plano moral, se a vontade de respeitar determinados valores (por exemplo, como vimos acima, o sentimento de compaixão e a vontade de não trair a confiança de próximos) pode influenciar a decisão de abandonar, o não respeito de determinados valores por aqueles considerados poder ajudar pode, pelo contrário, dificultá-la, como, por exemplo, pessoas mais próximas ou representantes de instituições.

Os consumos dependentes sendo associados a rotinas de vida e a determinados espaços, uma das condições

consideradas decisivas para conseguir o abandono é cortar com as rotinas do consumo, por exemplo, deixando de frequentar os espaços e os amigos com quem se consumia.

A avaliação das situações que cabem na conjuntura de consumo constrangido são, como vimos acima, negativas: “*o inferno na terra*”, de acordo com a expressão de um dos entrevistados. No entanto, a decisão de o abandonar não permite, por si só, nem de maneira linear, “ganhar o céu”: “*e vou para aonde? O problema é esse?*” (E11/R73). O desfecho das decisões parece estar muito dependente das histórias dos consumos e da capacidade que os consumidores têm para mobilizar recursos que, como já referimos, não depende exclusivamente da classe social de origem, podendo haver situações onde os recursos sociais existem, mas são anulados pela punição que as famílias exercem com base em códigos morais e outras em que a preservação do apoio familiar facilita a saída em meios sociais desfavorecidos.

A “casa” é, sem dúvida, um recurso importante nas conjunturas de abandono dos consumos, no entanto, a sua viabilidade não está sempre garantida. Vários tipos de situações podem ocorrer. Há aquelas em que a casa nunca faltou, passando a sua reconquista apenas pelo restabelecimento de uma ordem moral e uma ética de relações compatível com a lealdade e o respeito que se pensa dever aos familiares próximos. Enquanto esta ordem moral não é reposta com o fim dos consumos, o a figura do “inferno”, que serve para caracterizar os contextos de consumo, instala-se na própria casa (“*hoje em dia há grandes confusões em casa*” E15/R124). O facto de a casa familiar continuar aberta, depois de ser abandonada, facilita a reconversão, em sinergia com o recurso eventual a instituições de tratamento. No entanto, o retorno a uma casa familiar que foi abandonada pode enfrentar múltiplos obstáculos devido à perda de confiança, particularmente, quando ocorrem sucessivas tentativas de abandono dos consumos. Quando não, mesmo, o agregado familiar de partida foi desmantelado, no seguimento, por exemplo, do fim de relações conjugais ou destituição de direitos parentais. Pode acontecer, ainda, que a casa que se abandonou seja considerada um possível abrigo, mas

que ela se tenha fechado para sempre como possível apoio. A relação à “casa” como objeto de reconquista, permite melhor perceber os sentidos negativos atribuídos aos espaços do consumo dependente, sobretudo quando a figura da “casa” é invocada no sentido mais lato de proteção.

Quer dizer que os espaços relacionados com os processos de abandono de um consumo dependente parecem, da mesma forma que os espaços para consumir, deverem ser construídos, considerando os vários níveis de determinações que pesam sobre as vidas das pessoas. Nestas circunstâncias, as políticas de tratamento e de reinserção institucionais, que saem do âmbito deste trabalho, podem oferecer lugares alternativos aqueles que os consumos destruíram para sempre.

3.3. Conjunturas de gestão dos riscos de consumos em ambientes festivos ou performativos: a construção de lugares de exceção

Esta conjuntura está associada a ideia de que o consumo serve para atingir experiências fora daquelas associadas a um quotidiano banal. Numa das variantes que observámos onde está em causa, no essencial, o consumo de ácidos¹⁰, consegue-se um desvio em relação à “realidade”, permitindo abrir para novas dimensões das identidades pessoais. Com o consumo do ecstazy ou de ácidos, consegue-se um “*aceleramento do corpo*” (E17/R175), uma maior capacidade relacional (“*fico muito mais sociável, a falar com as pessoas*”, E17/R79), ou tudo isso, ao mesmo tempo. Mas, o mesmo efeito de excecionalidade em relação ao quotidiano (“*difícilmente se vai relacionar tão bem com as pessoas sem estar a consumir ecstasy ou LSD*”, E19/R58), também pode ser conseguido com o consumo cocaína, seja quando é visada a obtenção de performances relacionais ou profissionais que mobilizem a autoestima e estimulem determinadas competências individuais.

Apesar da sua diversidade, os consumos que consideramos nesta conjuntura partilham o facto de serem representados como ocorrendo de forma

circunstancial, quer dizer que, mesmo que eles se realizem com alguma periodicidade, estão associados a eventos ou a situações que saem dos quadros habituais da vida quotidiano. Isso não impede, no entanto, que o consumo dos tipos de substâncias consideradas não possa ser frequente e intensivo, nem que os indivíduos possam consumir igualmente regularmente e, por vezes, quotidianamente, cannabis ou um dos seus derivados, não sendo excluído, para além disso, que estes consumos possam estar na base de situações de dependência, que não são, no entanto, assumidas pelos indivíduos que defendem, pelo contrário, uma posição de autonomia em relação ao consumo.

Assim, ao focarmos esta conjuntura em estratégias de “gestão de riscos”, não podemos assumir que elas resultem, efetivamente, ou em todas as circunstâncias, em consumos controlados. Independentemente destes níveis de controle (que, aliás nunca poderíamos verificar com os nossos meios de observação), as estratégias de gestão de riscos são definidas pelos próprios consumidores que as invocam como a forma como eles se relacionam com as substâncias. O princípio desta gestão é formulado por um dos Entrevistados que considera que, por um lado, *“as drogas não podem ser vistas como o Governo as quer fazer ver”*, mas, tampouco *“como o ser humano tem tendência para as tratar: como está ali, pode-se abusar à vontade”*... Recusando os dois extremos (*“não tem nada a ver com isso”*), a solução passaria pelo consumo ser assumido com *“um propósito, não de ser um vício, mas de provocar libertação da mente, permitir estados de consciência alterados”*, (E19/R36). É claro que esta abertura para a estratégia pode ser manifestada com vários graus de convicção, desde os que pretendem afirmar a sua total autonomia em relação à decisão de consumir, até aos que parecem querer apenas afastar uma situação que se afigura bem menos controlada do que eles pretendem.

O controle que se julga ter sobre este tipo de consumos pode estar associado a diferentes dimensões. A responsabilidade devida ao consumidor para não deixar que um “hábito” de consumo se transforme num “vício” pode ser colocada, desde logo, nas próprias pessoas, na sua “força de vontade”. Esta força de vontade pode passar por definir uma

disciplina julgada adequada para fazer uma gestão dos riscos, tal como definir metas ou regras de consumo. Este autocontrole pode igualmente ser assumido ao nível do grupo. Outra dimensão associada à capacidade de controle é a própria cultura de consumo das substâncias consideradas – ecstasy, ácidos e cocaína ocasional. Contrariamente à heroína, os consumos de LSD e de ácidos são considerados ocasionais e, por isso, requerer que sejam modulados.

Nesta conjuntura os consumos fazem-se raramente de maneira solitária. Tratando-se de consumos sobretudo associados ao convívio, muitas vezes em ambientes festivos, a partilha em grupo é importante sendo as substâncias consideradas como “motores” ou adjuvantes de performances físicas psíquicas ou relacionais.

Os espaços de consumo envolvidos por esta conjuntura podem ser muito variados, considerando as diferentes culturas e subculturas dos consumos. As “raves”, as transe ou as situações de consumos performativos, podendo obedecer a determinados cânones que regulam os seus modos de organização, o modo como se desenrolam ou a sua duração, exigem espaços adequados, mas que podem ser muito variados. Quer dizer que, neste tipo de conjuntura, a necessidade de construir um lugar de consumo sobrepõe-se ao próprio espaço que é utilizado.

Os espaços, na perspetiva deste tipo de consumos, podem assim ser equacionados a partir de múltiplas perspetivas, considerando, por exemplo, o facto de poderem 1) ser “fechados” ou “abertos” (*“normalmente as festas transe são sempre no meio do mato”* (E20/R313); 2) ser organizados ou não por alguma instância exterior aos indivíduos (o “sistema”, onde “há muitos que vão lá para criar confusões” contra a “natureza” onde *“sentes-te em liberdade”*, E20/R327; 3) ser conotados com a noite ou com o dia (*“isto...porque aparece mesmo ligado a trabalhar à noite...e a sair à noite”* E2/R79); 4) serem espaços de trabalho ou de lazer ou pelo menos não condicionados por compromissos profissionais (*“mais a sair do que a trabalhar”*, E2/R79); 5) espaços onde se consome habitualmente ou outros espaços (*“se eu lá tivesse ficado, não sei se me teria agarrado ou não... vir para [aqui] nesse aspeto... foi benéfico, porque*

fez-me consumir com muito mais espaço de tempo, percebes?” E6/R25); 6) oferecer a possibilidade de esconder o ato de consumo, sobretudo quando o consumo exige algum ritual como a preparação de uma linha de cocaína, por exemplo (*“no bar, não sacas uma coisa e fazes uma linha ali, e cheiras, não é? Toda a gente a ver! Como também não vou à casa de banho cheirar! Não me sinto bem em ir para uma casa de banho para dar um cheiro... género, sair da discoteca, meter-me num carro... se não houver muita coisa, até o faço dentro do carro, é a minha propriedade, é o que diz a lei”* E33/R136).

Estas diferentes dimensões constituem, para o dizer recorrendo a uma fórmula muitas vezes utilizada por Jean Remy, uma matriz, a partir da qual podem ser construídas, de acordo com uma geometria variável, os sentidos das posições individuais. O que faz com que uma grande variedade de espaços faça sentido na perspetiva dos consumos, é a forma de os marcar com elementos que façam deles os momentos de exceção que se procuram criar através dos consumos. Esta marcação pode ser sugerida, por um lado, através de artefactos (decoração, efeito de luzes, cores, tipo de música, volume do som...) ou mesmo de elementos investidos de significados particulares (como a natureza...), criando ambientes adequados a cada uma das subculturas que se queiram promover (*“aquelas festas ou que sejam raves que especialmente valem a pena pela música ou pelo espaço, pronto, tem de ter um conjunto de fatores para valer a pena, para se poder dizer que é uma festa, não é?”*, E30/R153) e que podem ser reproduzidas em qualquer espaço. O reconhecimento destas condições cria expectativas que se vão sedimentando com o uso acabando por que se criem lugares emblemáticos para tal tipo de consumo, embora, por um lado, *“há pessoas que estão lá e que não consomem (E1/R70) e, por outro lado, “há pessoal que só por não terem uma pastilha ou um ácido não vão à festa. Não está bem...o importante não é ter alguma coisa para consumir ou não, o importante é gostar de transe... dá para eu ir lá, meter alguma coisa ou não”*, E20/R326). Mas então, se se pode participar sem consumir, para além da encenação que predispõe ao consumo, o que leva as pessoas verdadeiramente a consumir? Provavelmente, uma necessidade de se apropriarem do espaço encenado para produzir o seu próprio lugar. O espaço encenado não é suficiente por diferentes razões: 1)

por um lado, porque alguns dos seus elementos podem ser reproduzidos noutros espaços: *“café, discotecas, bares, festas e tudo isso”*, (E32/R47); *“oiço o som à mesma como oiço o som aqui em casa, ou no café”*, (E20/R327); 2) por outro lado porque as próprias condições desses espaços podem ser dificilmente suportáveis (*“prontos dá [não consumir] até um certo ponto, porque quase não dá para estar lá naquela coisa”*, E20/R327); 3) finalmente, com o tempo, os efeitos de encenação tornam-se banais (*“também a idade e o próprio interesse em si da coisa... começava a ser uma coisa tão rotineira que perdia a piada, não é? Então, assim [consumindo] torna-se muito mais engraçado”*, E30/R197).

Para além, então, dos efeitos de encenação, estes espaços assumem os seus sentidos específicos quando são investidos pelos indivíduos sob o efeito das drogas: *“aquilo é como se tivesse num sítio como outro qualquer [mas], a partir do momento em que já ingeriste qualquer coisa, começa aquela onda do ‘é tudo bonito, é tudo muito belo, está tudo muito bonito, porque as pessoas vestem-se para a festa, está tudo muito fluorescente, sorrisozinho para aqui, se bates em alguém pedes desculpa...”*, E30/R217). Mas, quando os efeitos da encenação e da sua apropriação terminam, a excecionalidade dos espaços e da existência esvaziam-se: *“depois, de manhã quando aquilo passa, então já tudo não é belo, quer dizer, a festa está bonita, as pessoas estão bonitas, vestem-se à mesma, sorrio, sou simpática e não sei quê, mas a nível daquele calor... já se está ali... Estás lúcida, estás normal, não é? Já não pode ter o mesmo significado”*, (E30/R219-220)

3.4. Conjunturas de consumo ritualizado de cannabis: construção de lugares, integrados no quotidiano, destinados a conseguir estados de espírito ou a manter um estilo de vida valorizado

A conjuntura de consumos ritualizados de cannabis partilha, com a conjuntura anterior, uma representação controlada dos consumos, no eixo da autonomia, mas opõe-se-lhe no eixo dos *loci* dos consumos, sendo que na conjuntura de gestão de consumos ocasionais os espaços privilegiados são públicos enquanto no consumo ritualizado de cannabis os consumos estão mais em conjunção com

espaços privados. A cannabis (e todos os seus derivados) é, nesta conjuntura, a única substância consumida, mesmo quando outras substâncias possam ter sido consumidas em fases anteriores dos consumos. Para além disso, não consideramos aqui situações nas quais a cannabis é consumida regularmente, mas, ao mesmo tempo e, por vezes, como adjuvante do consumo de outras substâncias. Também são excluídas situações de consumos reconhecidos pelos próprios como sendo “nocivos”.

Contrariamente à conjuntura anterior, na qual os consumos eram cuidadosamente separados da vida quotidiana, como momentos de exceção, os consumidores típicos da conjuntura de consumo ritualizado de cannabis, singularizam-se por integrarem momentos de rutura nas suas rotinas de vida quotidiana: “*é uma opção de vida*”, (E4/R71), “*é uma maneira de estar, é a procura de estado de espírito*”, (E4/R67).

Antes de poderem ser associados a objetivos específicos, os consumos inserem-se em rotinas de vida (aos fins de semana ou para fazer amor, por exemplo), que podem ser quotidianas, sob a forma de rituais de descompressão ou de transição. No entanto, eles também podem ser facilitadores para certas tarefas do dia a dia, “*um bocado como uma mola*” (E4/R6) ou para resolver algumas “angústias”. Mas as expressões mais significativas desta conjuntura são produzidas em conjunção com o meio familiar e com as sociabilidades ao nível de grupos de convívio, que permite retratar melhor algumas das suas orientações modais.

O plano familiar coincide, regra geral com o espaço doméstico, embora ele possa incluir, em determinadas ocasiões outros familiares que não pertencem ao agregado. O sentido do consumo que se faz no espaço doméstico resulta, num primeiro momento, em oposição com o espaço exterior, como momentos de descompressão se opõem ao stress ou ao cansaço. A demarcação entre o espaço doméstico e o espaço de trabalho é particularmente bem vincada, mas a distinção entre descanso e atividade pode ser feita, igualmente, no interior do próprio espaço doméstico.

Já os consumos em grupo são mais associados à sua dimensão afetiva ou relacional. A dimensão transgressiva do consumo pode trazer uma maior cumplicidade aos relacionamentos, como um “*segredo que se partilha*” (E4/R27, E27/R148). Como no caso dos consumos domésticos, a dimensão ritual também é, aqui, sublinhada.

A necessidade de controlar os riscos é, no essencial, ausente: “*tornou-se um hábito, não um vício*” (E8/R94). Esta falta de vigilância é muitas vezes justificada pelo facto do consumo poder ser interrompido quando falta a substância. O facto de muitos deste tipo de consumidores terem experimentado, antes, outras substâncias, parece dar-lhes o sentido da medida usada nesta avaliação ao considerarem que os efeitos de um “charro” são bem mais controláveis que o de outras substâncias. Isso não impede que determinados efeitos nos próprios ou em próximos possa, por vezes ser questionado. No essencial, no entanto, é feita uma avaliação de conformidade normativa deste tipo de consumos: “*nós no baxixe estamos com um comportamento ainda de acordo com os valores, os nossos valores não se alteram*” (E4/R50/1).

De acordo com as duas orientações modais descritas – uso doméstico e uso recreativo - os espaços dos consumos são a própria casa (ou as suas extensões, como férias ou reuniões familiares) e os lugares de convívio. Como na conjuntura anterior, os espaços de convívio podem ser múltiplos, trata-se, por isso, de construir os lugares julgados mais adequados para que os rituais possam realizar-se de acordo com o padrão desejado, particularmente um lugar que permita o consumo com alguma discrição.

Na variante do uso doméstico da cannabis, a “casa” ou o “ambiente familiar” são representados como lugares de consumos seguros e controlados, contra consumos inseguros realizados no exterior. Nesta perspetiva, a casa pode ser um meio para socializar os mais jovens a um consumo “responsável”. Quando, no interior do espaço doméstico os mais jovens não podem presenciar os consumos, a construção da sala enquanto um lugar de consumo pode depender da porta de um quarto que se fecha.

Conclusões: espaços, lugares e territórios dos consumos

Vimos, assim, que o espaço começa por estruturar a própria representação de si, definindo estados a partir dos quais os indivíduos se representam e organizam a vida quotidiana. “estar em baixo” ou “se deixar ir abaixo”, pelas circunstâncias ingratas da vida, por distração ou por fraqueza, e não saber “dar a volta por cima”, quando se tem o discernimento para pensar que os rumos seguidos poderiam ser bem diferentes.

O próprio consumo pode estruturar, espacialmente, a consciência que os consumidores têm de si: “estar em si”, se sentir dentro de uma consciência que se tem de si, e “estar fora de si”, ser outro, “alargar” a consciência dos seus limites, e das possibilidades de ser e de estar no mundo. Estes estados podem ser avaliados positiva e negativamente, dependendo da consciência que se tem de si e dos limites do sair de si que ela pode aceitar. Estas possibilidades podem verificar-se ao nível de um mesmo indivíduo em diferentes momentos da sua trajetória ou ocorrer em pessoas diferentes.

A capacidade que os indivíduos revelam para recriar diferentes lugares num mesmo espaço e diferentes espaços num mesmo lugar, pode ser observada quando consideramos os espaços dos primeiros consumos ou os espaços associados a diferentes conjunturas ou culturas dos consumos. Assim, a proximidade dos espaços onde se realizam os primeiros consumos, tende a ser posta à distância através de marcadores simbólicos que afastam as práticas de consumo dos espaços mais familiares. Os primeiros consumos podendo ser feitos em “casa”, mas estas são sempre as casas de amigos, como podem ser feitos “à porta de casa”, no “jardim da casa”, “atrás dos prédios” ou em espaços vizinhos não-urbanizados. Espaços banais, como “rampas”, “debaixo das arcadas” ou a escola, podem ser investidos como lugares de transgressão, “transgressão” que pode ter apenas a conotação de um comportamento “não-normal”, como a ele se refere um dos nossos entrevistados, ou por ter representado um comportamento não integrado na vida quotidiana (embora, nalgumas das histórias de

vida, o consumo de drogas ilícitas tivesse sido precedido pelo consumo de álcool e tabaco).

O que acontece, no entanto, quando consideramos hábitos consolidados e apoiados por culturas e subculturas que tendem a fixar as modalidades dos consumos? Partindo de diferentes conjunturas de consumo que resultam, por um lado, de uma maior ou menor autonomia em relação à decisão de consumir e, por outro lado, da orientação - mais pública ou mais privada - dos *loci* dos consumos, observamos que os espaços convencionais, quer dizer com funções socialmente alocadas, podem associar-se a determinadas conjunturas ou culturas de consumo, mas essas funcionalidades também podem ser subvertidas, para os transformar em lugares de consumo. O mais comum, aliás, é que em qualquer espaço se possa construir um lugar para consumir. Esta transformação não se realiza, no entanto, de forma indiscriminada. Tudo depende da intencionalidade do consumidor, mas a intencionalidade não é uma manifestação da vontade isolada, mas insere-se numa cadeia, culturalmente informada e ancorada em determinadas circunstâncias. Nestes casos, ao construir as suas rotinas de consumo, os indivíduos tiram partido das qualidades dos espaços mais adequados às suas respetivas culturas, mas também lhes moldam os sentidos, para neles poderem fazer caber os caprichos das suas idiossincrasias.

Todos os espaços oferecem uma maior ou menor plasticidade, em função dos modos de apropriação aos quais eles podem ser sujeitos no processo de construção de lugares de consumo. Por sua vez, há lugares nos quais podem coexistir diferentes espaços. A porta de um quarto que fecha, pode separar um espaço de consumo, de um espaço onde o consumo é excluído. No espaço de uma zona industrial abandonada, onde foi construído um lugar de lazer adequado para determinada cultura de consumo, podem coexistir diferentes tipos de espacialidades, por exemplo, segundo os frequentadores consomem ou não consomem drogas e, para além de poder constituir um espaço de lazer, ele pode, ao mesmo tempo, constituir um espaço profissional.

Em conjunção com consumos dependentes, registámos a existência de espaços que concentram atividades de tráfico e de consumo, sendo reconhecidos como tal por consumidores e por não consumidores. Por outro lado, sendo conhecidos pelas instâncias de controle (para além das instâncias de tratamento e de prevenção), que neles realizam, pontualmente, rituais de autoridade, estes espaços se constituem como territórios de consumo, fisicamente bem delimitados, organizados de acordo com códigos que lhes são próprios e oferecendo um “ambiente” próprio que é considerado poder ser, ele mesmo, viciante. Quer dizer que se trata de um espaço de referência e ao qual pessoas com um determinado perfil se podem identificar. Embora os seus residentes possam ter uma composição social relativamente diversificada e não terem todos uma atividade relacionada com o consumo, estes territórios são vistos, de fora, como constituindo guetos e conotados com uma população marginal. Estudámos um destes espaços que considerámos como constituindo “espaços de exclusão” (Balsa, 2006) não no sentido em que a maioria dos seus residentes fossem excluídos ou, mesmo, que vivessem, todos, em situação de grande precariedade, mas porque eles constituíam espaços destinados a acolher populações excluídas de outros espaços e que dificilmente podem aceder a outros espaços.

A análise destes diferentes trechos das histórias de consumo, permite-nos sublinhar a importância da intencionalidade dos atores, que constitui uma categoria central da transação social, estudada por Jean Remy mas, igualmente, de todos os modelos teóricos que queiram dar conta dos princípios da ação. Na própria conceptualização elaborada por Martina Löw (2013, p. 23), embora qualquer elemento possa ser parte de uma construção de espaço, resta que só os atores, individuais ou coletivos, através da sua intencionalidade, ou mesmo da ausência dela, são capazes de operar a “síntese” que, em conjunto com o “espaçamento” estão na base dos sistemas de “ordenamentos-ordem”. Decorre desta conceção o facto de, como diz a autora, o espaço, “como agregado estrutural”, “não gere efeitos por si só, mas dependa sempre do reconhecimento da ação” (Löw (2013, p. 30).

A nossa observação leva-nos a pensar que o estatuto da intencionalidade pode ser diferente segundo a sua articulação é considerada do lado do sistema social ou do sistema cultural, para retomar a dupla entrada do esquema da transação. Os indivíduos podem mais facilmente moldar, ou mesmo transgredir uma injunção do sistema cultural do que um condicionamento enraizado no sistema social, como, por exemplo, recursos decorrentes de uma pertença a um determinado grupo social.

Por outro lado, quando a consideramos dentro da concetualização de Jean Remy, a intencionalidade parece-nos poder ter um papel importante para bem vincar a orientação compreensiva do projeto e retirá-la da órbita funcionalista de onde provêm as ferramentas utilizadas por Jean Remy. Neste sentido, parece-nos instigadora a proposta de Frederik Barth (1998) no sentido de considerar que a escolha de um marcador de espaço como elemento de uma afirmação identitária ou da racionalidade de uma ação, não denota uma intenção, mas que, pelo contrário, é sim uma intencionalidade que dá sentido à escolha de um marcador. Isto quer dizer, por exemplo, que o facto de frequentar uma “rave” não denota imediatamente a intenção de um indivíduo, uma vez que ele pode lá ir por gostar da música que lá passa, para consumir, porque gosta do ambiente, ou por diferentes razões ao mesmo tempo. Muitas das alocações de espaços a uma estratégia de dissimulação dos consumos que observámos, só podem ser compreendidas quando consideramos a intencionalidade dos consumidores moldada, sem dúvida, por um conjunto de circunstâncias que procurámos identificar.

Finalmente, quando falamos de intencionalidade, não podemos fixar-nos em decisões isoladas e fragmentadas, mas sim em sequências de decisões e de não decisões que se perfilam no tempo e que permitem perceber as trajetórias que são seguidas, muitas vezes pelo rasto que elas deixam pelo caminho percorrido. Neste sentido, parece-nos mais desafiante perscrutar os sentidos e as orientações da intencionalidade considerando, por um lado, as *disposições* que orientam as decisões dos indivíduos, considerando os desafios específicos que eles têm

para resolver ou os desafios comuns que os associam a outros, por exemplo, gerir os comportamentos de consumo e, por outro lado, as *condutas de vida* que os indivíduos adotam tendo em conta o contexto e as circunstâncias suscetíveis de condicionar a resolução desse problema, para além de uma ética das relações, que nos parece estar sempre em causa nas estratégias de dissimulação. De acordo com Catherine Colliot-Thélène (2006), esta distinção entre “disposições” (em conjugação com as estruturas) e “condutas de vida” (através das quais os indivíduos se impõem enquanto agentes) está na base o projeto de uma sociologia compreensiva tal como Max Weber a defendeu.

Bibliografia

- Balsa, C. (2006). *Relações Sociais de Espaço - Homenagem a Jean Remy*. Edições Colibri e CEOS, Investigações Sociológicas.
- Balsa, C. (2012). Estado Poiético, Autopiesis e Agir Poiético – A Coordenação Em Rede Das Políticas de Desenvolvimento Social Em Portugal Como Instrumento de Luta Contra a Pobreza. In Cristina Maria Pinto Gennari, Adilson Marques e Albuquerque, *Políticas Públicas e Desigualdades Sociais – Debates e Práticas No Brasil e Em Portugal*. Cultura Acadêmica (.
- Balsa, C (2022). A Construção de Espaços de Transgressão: O Consumo de Drogas. In António Dimas Cardoso and Domingos Vaz, *Cidades, Escalas e Transações*, Coleção Navegar é Preciso (p, 40–87). Edições Húmus.
- Balsa, C. (2006). Exclusão e o Espaço, Espaços de Exclusão. In Casimiro Balsa, *Relações Sociais de Espaço – Homenagem a Jean Remy* (p. 13–33). Colibri/CEOS.
- Balsa, C., Urbano, C. & Vital, C. (2021). *Metodologia de Observação de Comportamentos Escondidos, Consumo de Alcool, Drogas e Outras Adições*. Edições Húmus.
- Balsa, C, Vital, C., & Urbano, C. (2018). *IV Inquérito Nacional Ao Consumo de Substâncias Psicoativas Na População Geral, Portugal 2016/2017*. Portugal SICAD, Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Toxicodpendências, Ministério da Saúde. http://www.sicad.pt/BK/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/181/IV INPG 2016_17_PT.PDF.
- Barth, F. (1998). *Ethnic Groups and Boundaries, The Social Organization of Culture Difference*. Waveland, Press.
- Becker, H. (1985). *Outsiders, Études de Sociologie de La Déviance*. Éditions A.-M. Métailié.
- Cauquelin, A. (2014). *Le Site et Le Paysage*. PUF. https://www.puf.com/content/Le_site_et_le_paysage
- Colliot-Thélène, C. (2006). *La Sociologie de Max Weber*. Éditions La Découverte.
- Dasseto, F. & Remy, J. (2017). La Question de l'espace En Sociologie. *Recherches Sociologiques et Anthropologiques*, 48 (1), 145–55. <https://doi.org/https://doi.org/10.4000/rsa.1858>.
- Cardoso, D. & Vaz, D. (2022.). *Cidades, Escalas e Transações. Rede Internacional e Interdisciplinar sobre Desigualdades Coleção Navegar é Preciso..* Edições Húmus.
- Ferreira, V. (1988). *Aparição*. (17ª Edição). Bertrand Editora.
- Foucault, M. (1966). *Les Mots et Les Choses : Une Archéologie Des Sciences Humaines. Bibliothèque Des Sciences Humaines*. Gallimard.
- Hiernaux, J. (1997). Análise Estrutural de Conteúdos e Modelos Culturais: Aplicação a Materiais Volumosos. In *Práticas e Métodos de Investigação Em Ciências Sociais*, (pp. 156–202). Gradiva
- Lakoff, G. & Johnson, M. (1986). *Les Métaphores Dans La Vie Quotidienne*. Traduit de l'anglais (États-Unis) Par Michel de Fornel Avec La Collaboration de Jean-Jacques Lecercle. Les Editions de Minuit.
- Löw, M. (2013). Spatial Turn: Para Uma Sociologia Do Espaço. *Tempo Social. Revista de Sociologia Da USP*. 25 (2): 17–34. <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/78763/82815>.
- Monteiro, F. & Tereno, C. (n.d.). “A Praça de Giraldo e o seu papel no desenvolvimento urbano da cidade - Évora Portugal. In. Dspace.Uévora.pt. https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/4996/1/A_PRAÇA_DE_GIRALDO_E_O_SEU_PAPEL_NO_DESENVOLVIMENTO_URBANO_DA_CIDADE.pdf.

- Pellegrino, P. (1996). Espaces et Temps Urbains. In Liliane Voyé. *Villes et Transactions Sociales, Hommage Au Professeur Jean Remy*. (pp. 235–43). L'Harmattan.
- Pessoa, F. (1999). *Livro Do Desassossego*. Companhia das Letras.
- Piasser, A. & Ladrière, J. (1976). *Pour une sociologie scientifique épistémologie comparée de l'analyse conceptuelle. Préface de J. Ladrière. Interaction*. La Haye: Mouton. <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb34694400w>.
- Remy, J. (2015). *L'espace, Un Objet Central de La Sociologie*. Editions Érès.
- Remy, J. & Voyé, V. (2016). *Espaços e Transações Sociais*. Edições Unijuí e CICS.NOVA.
- Remy, J. , Voyé, V. & Servais, E. (1978). *Produire Ou Reproduire?*. Vie ouvrière.
- Servais, É. (2013). Sociologie de La Transaction Sociale: Repères Sur La Genèse de La Problématique. *Pensée PLurielle*. 2–3 (33–34), 21–33.
- Soja, E. (1996). *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places*. Wiley. <https://books.google.pt/books?id=Fn3sKXsAPRMC>

Notas:

¹ Claro que, no longo prazo, a cidade sofreu alterações significativas, apesar de sucessivas ocupações terem relativamente bem aproveitado as construções anteriores; esta imagem de Imutabilidade aparente é mais recente e apoiada pelo reconhecimento da cidade, em 1986, pela UNESCO, como património mundial, estatuto que impõe regras de preservação estritas (Monteiro & Tereno, s.d.).

² Ao redigir este texto senti-me muitas vezes em diálogo com Jean Remy (1928-2019), Professor e Amigo. Ele prolonga um encontro em Lisboa que foi, salvo erro, o último onde o Jean participou fisicamente fora da Bélgica e do qual este livro guarda um testemunho. Tivemos oportunidade de o homenagear, em vida, organizando um livro com contributos de alguns dos seus ex-alunos e amigos em Portugal (Balsa 2006) e editando um livro na coleção Método & Teorias, na Editora UNIJUÍ, com traduções para português de textos selecionados pelo próprio Jean Remy e apresentados pelo Colega António Dimas Cardoso da Universidade Estadual de Montes Claros (Remy, 2016).

³ É difícil de seguir, em língua portuguesa, o jogo de palavras conseguido em francês entre “*structurel*” e “*structural*”. A categoria *structurel*, definido pelo Larousse como “o que pertence às estruturas, que delas decorre” (<https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/structurel/74912>), tem uma tradução direta em português como “estrutural”. Já a categoria *structurale* tem, em francês, um uso especializado, por exemplo, quando se fala de “gramática estrutural” ou de “semântica estrutural” ou, na acção que lhe dá Michel Foucault (1966), quando ele sugere que as estruturas integradas nas ações individuais e nas próprias categorias do pensamento assumem uma dimensão “estrutural”. Em relação direta com o trabalho da equipa de Jean Remy, podemos ainda referir a existência de um método de análise “estrutural” (*analyse structurale*), desenvolvido por Jean-Pierre Hiernaux (1997) e que visa, precisamente, a produção de simbólicas culturais em conjugação com a intencionalidade dos indivíduos. Pareceu-nos assim mais adequado manter a terminologia “estrutural” para os efeitos que associam o sistema da personalidade e o sistema cultural, traduzindo o efeito “structurel”, como um “efeito de estrutura”.

⁴ Tradução nossa.

⁵ Jean Ladrière, meu professor de filosofia social, descreveu assim a dificuldade de definir os fins na lógica do capitalismo, num texto que perdi e do qual não consigo encontrar a referência...

⁶ Quando ainda muito mais jovem, vi um artigo meu recusado por uma revista canadiana, por ter utilizado esta fórmula do Jean Remy...

⁷ Este estudo é realizado desde 2001 à iniciativa do SICAD, Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (Balsa, Vital, & Urbano 2018).

⁸ Considerando a população geral, em Portugal, a média de idade do primeiro consumo de canábis, a mais precoce das substâncias ilícitas, era de 18 anos em 2012 e em 2016. Por outro lado, a duração média dos consumos de canábis era de 5 anos em 2012 e de 4 anos em 2016. Em 2016, 3,8% da população eram consumidores correntes de canábis e 2,6% declaravam um consumo quotidiano. Estes dados são calculados sobre uma população entre 15 e 74 anos (Balsa, Vital, & Urbano, 2018).

⁹ De acordo com o dicionário Priberam da língua portuguesa, “tipo” é uma “palavra esvaziada de sentido que se usa ou se repete no discurso, geralmente de forma inconsciente ou automática, como bordão linguístico” e utilizada, sobretudo por grupos juvenis. in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/tipo> [consultado em 24-05-2021].

¹⁰ Estas classificações são aproximadas, não cabendo aqui distinguir as muitas variedades, cortes ou grau de pureza dos diferentes tipos de substância que podem por isso produzir efeitos distintos.